

A Duquesa-Rainha D. Luísa de Gusmão

Por louvável determinação do Governo da República, no decurso do presente ano foram consagrados em solenes celebrações os epónimos da Nacionalidade. Glorificados se viram os mortos-imortais da nossa raça pelo reconhecimento das maiores obras de humano esforço: a conquista e formação do Reino, a portuguesa adopção de terras remotas, com mares de incertos e procelosos ventos, céus de estranhos climas e gente de toda a criação.

Com dignidade cívica e pompa litúrgica se deve ter feito o louvor dos serviços e sacrifícios por amor da Pátria, nas armas, nos officios, nas religiões e no trono real.

Pelos Institutos de cultura, pelas Escolas, Câmaras municipais e Imprensa, bem proclamado foi o intuito

de aceitar e honrar tal herança, afirmando-se por toda a parte a certeza de não se haverem perdido no tempo os porfiados labores de oito séculos que em decisivas empresas civilizadoras e espirituais foram consumindo o sangue e as lágrimas dos nossos avós.

Esquecidas não ficaram as honras devidas a quantos suportaram fome e sede, dores e suplícios, lavrando a terra, batalhando em sortidas e assédios, navegando por todas as rotas e ensinando a gentios e infieis os mandamentos da lei de Deus.

Mas, à luz dos clarões que inundam os altos céus da História, a duquesa-rainha D. Luísa de Gusmão revela-se uma figura de mulher tão singularmente assinalada que para a sua memória devemos levantar os olhos e os corações com respeito e com a maior devoção de leais portugueses.

Muito celebradas têm sido a sua conduta varonil, as decisões da sua coragem, mas está deformado e incompleto o conceito que a envolve nas árduas provações a que a sujeitou o desígnio da Restauração.

Merecia detido exame crítico-histórico a sua personalidade nos diversos períodos em que se reparte a sua vida em Portugal de onde nunca mais saiu, desde que, sendo moça e menina de dezanove anos, na fronteira do Caia foi recebida pelo duque de Bragança,

seu noivo, e por seus futuros cunhados D. Duarte e D. Alexandre. Dali em grande séquito se ordenaram todos para a cerimónia das benções na Sé de Elvas, por cortejo nupcial de régia magnificência, a 12 de Janeiro de 1633.

Um ano depois era mãe; em 1640, rainha; em 1656, viuva e regente na menoridade do rei D. Afonso VI, exercendo com inteligência e dignidade tal função até 1662, ano em que a conspiração do Palácio a levou a deixar o Governo. Pouco depois, a rainha D. Luísa, à ordem do seu mal aconselhado filho, foi coagida a sair do Paço da Ribeira, para ir afogar as lágrimas da sua desilusão e dor nas casas rústicas que serviam do mosteiro que resolvera fundar, acabando ali a sua vida e os seus desgostos em 2 de Fevereiro de 1666.

No opulento dote que trouxera, viria talvez oculta a célebre profecia do mouro escravo do duque de Medina Sidónia, que ao nascer lhe indicava um destino que porventura serviria de incitamento às ambições do irmão, e depois importaria o confisco da casa de Sanlúcar de Barrameda, à ordem de Filipe IV; mas, mais do que os cento e vinte mil ducados do dote paterno, valeriam para nós as suas virtudes de mulher, de esposa e de mãe, e aquela sagacidade de que admirado fala o *chevalier* de Jant, embaixador de Luís XIV, na sua memória para o cardeal Richelieu:

Si les grandes qualités de la Reine de Portugal n'étoient cogneues de Vostre Eminence ainsy que de toute la France, il luy seroit difficile de se persuader qu'une femme peust estre esclairée ou point que l'est cette princesse, et que ce qui es en elle de naturel et d'acquis se rencontre au degré d'elevation où son esprit la porte; son raisonnement est fort solide, son discours poly et sa parole accompagnée de tant des graces qu'il y a lieu d'admirer qu'il s'y puisse trouver tant de douceur, de fermeté et de resolution.

Les langues latine et italienne luy sont aussy communes que le castillan et le portugais. (1).

Assim, desde as galas de noiva e as honrarias da corte de Vila Viçosa, compartilhando a mais antiga coroa ducal da Europa — nas alegrias da maternidade, nos júbilos e sacrificios de rainha, no surdo martírio de regente do Reino, a presidir aos conselhos do Governo, a despachar embaixadores, a negociar o casamento da Infanta D. Catarina com o rei Carlos II de Inglaterra, para se assegurar o necessário auxílio contra Castela, somos levados a evocar com admiração nesta rainha uma actividade prodigiosa e ardente que nos

(1) F. Benevides, *Rainhas de Portugal*, Vol. II, pg. 78-79.

obriga a contá-la entre os maiores talentos políticos que têm dirigido Portugal.

Se alguns dos seus esforços não alcançaram êxito, ninguém poderá culpar de insensata ou audaciosa a sua política externa, sempre inspirada nos mais altos interesses da nação, ainda em tão grave e constante perigo da sua independência.

Como todos sabem, a esta Soberana não têm faltado encômios, principalmente no século passado, e até a falsa história lhe rendeu louvores que em justa partilha competiam (e competem) ao Duque e Rei, seu marido. Tantos favores de má inspiração política, no intento de diminuir os méritos de D. João IV, repudiavam-nos, por igual, o respeito devido à verdade e à própria memória da rainha D. Luísa.

O valimento e o sacrifício de um e de outro bem dignos são da alta e histórica missão de restaurar pelo Trono a Liberdade Portuguesa.

Em bom regime de comunhão de esforços, as palmas e o galardão da História chegam e bastam para cada um deles.

E no grato dever de os exaltar, mais devemos procurar a justiça aos sacrificios do que os aplausos aos triunfos. Estes costuma dá-los a praça pública, por sincero impulso do povo ignaro, por versatilidade da multidão, ou por obra eficiente do suborno, em todos os

tempos; mas aquela justiça que mais prezar se deve, só pode provir de espontâneo veredicto de esclarecida consciência.

Empenhado em desprestigiar pelo descrédito das pessoas reais as virtudes da Monarquia, o espírito do século XIX perverteu a crítica histórica, estimulando e conduzindo o sentimentalismo à usurpação dos direitos da Razão Política. Muitos dos louvores que à Rainha foram dados, eram de justiça; mas os exagêros de outros queriam apenas significar menoscabo ou desprezo verdadeiro pelo fundador da Dinastia, então reinante em Portugal. No mesmo panfleto se ligavam a História e a Poesia contra a verdade e a justiça a todos devida, mesmo aos reis que governaram os povos.

Prêviamente e cristãmente consultada que fôsse a esposa para os amadurecidos planos do resgate do Reino, em que o duque D. João tinha de ser o centro, — da atitude de conformidade ou apoio da Duquesa, passou-se à celebrada frase que se foi arrebicando, seguindo as posses literárias de cada um, e todos nós decorámos na escola primária.

A volta de uma dezena de palavras que nenhum documento coevo regista na forma dos textos laudatórios, inspirados num passo do *Portugal Restaurado*, foi-se criando o preciosismo sentimental que é a antítese da razão histórica.

Em panegíricos de circunstância, exalta-se apenas a ambição de uma rapariga de vinte e sete anos, mãe de três filhos, que *antes queria ser rainha uma hora do que duquesa toda a vida*, conceituoso fecho de acto em drama romântico. (1).

Mas esquece-se a mulher feliz, rica dos bens do mundo e a viver sossegada em histórico solar, que vindo para Lisboa com os seus três filhos no Natal seguinte à Revolução e Coroação, se entregava a um destino político que mais parecia aventura e bem poderia terminar na glória do cadafalso. Evita-se elucidativo confronto, não se fazendo menção da opulência de duquesa trocada pela pobreza de rainha; a paz do lar mudada para sobressalto de guerra que iria durar mais do que a vida do marido e a sua própria; a possível viuvez tranquila de senhora nobre no seu lar do Alentejo, substituída pelas atormentadas preocupações de dinheiro para as campanhas militares e pelas angústias de uma regência em tempo de guerra e com guerra dentro do Paço Real. Não se celebra com admiração comovida a mulher que se despoja das riquezas e vende os vestidos e alfaias de brocado, talvez vindas nas arcas de pompa do seu noivado, para acudir aos gastos

(1) *Portugal Restaurado*, Vol. I, pg. 92-93 (1.^a ed.); Rodrigues Cavalheiro, *Revista dos Centenários*, Vol. 9, pg. 5.

da defesa nacional, conforme proclama o brado patriótico da musa popular pelos versos do livreiro-poeta Francisco Lopes:

*A Rainha alegre, & bleda
Vendo o Rey dar seu thezouro,
Toma muytas pessos d'ouro
E manda bater moeda:*

*Que o brocado, tela & seda
Que nos seus cofres encerra,
Ella de si os desterra,
E que se ponhão na praça
Pera que a guerra se faça
A quem nos quer fazer guerra.*

*Que ella está determinada,
Pois pera a guerra convem,
A dar ludo quanto tem,
E que quer ficar sem nada:*

*Que a sua pátria amada
Pois o Ceo o permitia,
Não he já a que soya
Que ella se fez natural
Do Reyno de Portugal,
E não do de Andahuzia.*

Deixa-se na sombra a Rainha, mãe do seu povo, que passa as noites com suas damas e criadas a fazer fós para os feridos de guerra, enquanto espera as novas das campanhas, ou discute política militar e diplomática nos conselhos do Estado, tendo feito propor, logo na primeira sessão a que assistiu como regente, o seu intento de passar a Além Tejo para assistir a suas armas, em defesa de seus vassalos. (1).

Ninguém se lembra da mãe do príncipe D. Teodósio, cuja vinda ao mundo poria feliz termo à crise de adaptação da Duquesa ao seu novo estado, ao meio, aos costumes e à língua; da progenitora desse preclaro espírito de rapaz, o herdeiro de um trono discutido e vacilante, que fugia do Paço para as tendas de campanha no Alentejo; tão bom e inteligente que era o enlevo do seu mestre, o padre António Vieira, e que sua mãe teve a desdita de ver morrer na flor da vida. Depois, por maior dor ainda, foi obrigada a tornar-se o amparo, a vigilante guia de outro filho, de constituição neuropatológica, incapaz de governar. Só o respeito pela lei da sucessão, recentemente estabelecida, não o afastara logo do trono para sempre, e da sua índole

(1) *Alguns Documentos da Biblioteca da Ajuda sobre a Restauração*, apresentados e anotados por Eduardo Brazão. Lisboa, 1940, pg. 15 e seq.

mórbida viriam a abusar aventureiros e maus cortesãos.

É que na alma de D. Luísa de Gusmão, duquesa de Bragança, havia mais do que ambição de mulher: viviam nela o sentimento e o respeito do dever na reparação da injustiça histórica e d'nástica. Esse salutar fervor era alimentado pela esperança do Povo, tanto pelas razões dos doutos como pelo *brigantismo literário*, na feliz expressão de D. Carolina Michaëlis, para designar a preparação intelectual da Restauração.

Muito lentamente se faz e tarde se aceita a verdadeira justiça histórica.

Coube à minha geração de sonhadores de um Portugal melhor, o destino de corrigir e até por inteiro contrastar muitos erros consagrados pela historiografia liberal e pela falsa consciência do passado, com raiz nos dramas e na poesia. Pelo que a D. João IV respeita, aceitou-se o corajoso exemplo de Joaquim de Vasconcelos, na sua valiosa monografia, pouco lida e tão mal compreendida até hoje.

A luz de sucessivas contribuições e de novos documentos, el-rei D. João IV, na sua condição humana, bem dotado de qualidades e não isento de defeitos, como acontece aos pastores de gado e aos imperadores, — por tantos merecimentos próprios, definitivamente ficará erguido num dos lugares de mais alta honra da História de Portugal.

O Restaurador está restaurado em toda a prudente energia da sua vontade e responsabilidade de chefe da primeira família portuguesa e depositário dos destinos da liberdade da Pátria, no espírito do seu admirável testamento. Foi um duque muito rico que se sentiu morrer pobre como rei.

A rainha D. Luísa deve ir também para o seu pedestal glorioso, quando alguém, fora da prosa cortesanesca da *História Genealógica* e dos elogios suspeitos por origem e destino, vier a compor o estudo monográfico que a razão e a justiça para ela estão pedindo.

Então poderá ver-se que não foi menos mulher do que rainha e menos rainha do que mãe. Ficarão patente que a sua glória, para muitos e para mim, que de ser monárquico ainda me contento, provém menos da sua realeza aclamada, como legítima consorte do 8.º duque de Bragança, do que do seu espírito de sacrifício, das suas íntimas e ignoradas privações, das suas dolorosas mágoas numa corte perturbada por invejas e intrigas, pois sempre os áulicos e favoritos foram a peste dos melhores reinados.

Se por aí já hoje ou amanhã se revelar verdadeiro intento de promover o culto das virtudes cívicas na mulher portuguesa, bem ficaria o seu nome por digno e excelso paládio, a tutelar qualquer instituto de acção beneficente ou de serviço nacional com sacrifício.

Não é pela coroa real, que, por impulso de reconhecimento e humildade cristã, neste reinado foi deposta aos pés da Virgem Padroeira, para nunca mais ser cingida pelos nossos reis — não é por essa insígnia de supremo poder que o vulto desta Rainha ganha prestígio e honras históricas; mas sim pelo seu esforçado ânimo, pelo seu coração ardente e pela enternecida e forte consciência do que devia à sua pátria adoptiva, ao marido que esposou e aos filhos que dele em seu seio foram gerados.

Devemos hoje considerar, justiceiramente, o realce da sua memória, pela coragem, pela tenacidade e inteligência com que, por celeste desígnio, aqui veio cumprir tão alta, difícil e arriscada missão, como se a distante hereditariedade portuguesa do seu sangue nela houvesse prevalecido através da sua nobre e ilustre ascendência. E devemos compreender a dor desta mãe e Rainha que se via morrer aos 53 anos, fora do lar, com o Reino em guerra que ainda se prolongaria por dois anos mais, antes de se assinar a paz de 1668.

No dia de hoje, terceiro centenário da Restauração de que a duquesa-Rainha grande parte foi, é grato ao meu espírito desfolhar sobre o seu túmulo estas rústicas flores do reconhecimento de um leal e obscuro português.

I DE DEZEMBRO DE 1940

A Espada e a Honra

A morte já pôs termo aos serviços, aos sofrimentos e sacrifícios de Henrique de Paiva Couceiro; mas para se cumprir o dever de revelar com exaltação a gloriosa vida em que os prestou e suportou, terão de correr meses e anos, até soar a hora própria da triunfal justiça que Portugal inteiro lhe ficou devendo.

Irmão dos maiores heróis no fervor do ideal, extremado exemplo de soldado no combate, mestre de cidadãos no amor da Pátria, esse ardente paladino, cuja espada herdara os fulgores dos montantes quinhentistas, devotamente professava o culto da honra, mas nunca soube ambicionar honrarias.

Ao Rei e ao Reino de muito novo fez doação das suas forças de alma e do sangue do coração.

Dos prémios que dignamente mereceu foram-lhe um dia arrebatados os respectivos títulos na praça pública por impulso sectário que nunca mais se remediou; e só